

Ergoformações sobre o trabalho camponês: encontro de saberes entre universidade e campo

Ergoentrenamientos acerca del trabajo campesino: un encuentro de saberes entre la universidad y el campo

Ergo-trainings about rural labor: an encounter between the university and the field

Vitória Sampaio Monteiro Furtado

vitoriasfurtado@icloud.com

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

<https://orcid.org/0009-0000-1975-1013>

Manuella Castelo Branco Pessoa

manucastelobranco2@gmail.com

Departamento de Psicologia / Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3523-8708>

Recibido: 18/11/2025 - Aceptado: 14/05/2026

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar o relato de experiência do projeto de extensão “Psicologia e economia solidária: ergoformações sobre o trabalho camponês- encontro de saberes entre universidade e campo”. A partir de vigências anteriores do projeto, foi possível construir e consolidar o vínculo entre extensionistas e camponeses/as da Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (Ecovárzea), por meio da observação participante e assessoramento nas atividades de comercialização. Com isso, atendendo às demandas desses/as trabalhadores/as e tendo como bases teóricas a Ergologia, a Educação Popular e a Psicologia Social do Trabalho (PST), foram idealizadas Ergoformações e Encontros Sobre o Trabalho contemplando os temas: Previdência e direitos trabalhistas; Saúde do/a trabalhador/a; e Saúde da mulher e os tipos de violência direcionados a elas. Dessa forma, foi possível estabelecer, junto aos/às trabalhadores/as, um espaço de troca de saberes, de experiências e de afetos. O reconhecimento dos saberes investidos dos/as trabalhadores/as e a presença de figuras de referência nos temas abordados foram os principais pilares das ações, além de contar com a mediação dos/as extensionistas, a fim de fortalecer o coletivo de trabalho e garantir seus direitos fundamentais.

Palavras-chave: ergoformação, trabalho, ruralidades.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo informar la experiencia del proyecto de extensión “Psicología y Economía Solidaria: Ergoentrenamiento acerca del Trabajo Campesino: Un Encuentro de Saberes entre la Universidad y el Campo”. Períodos anteriores del proyecto permitieron el desarrollo y la consolidación de vínculos entre los miembros del proyecto y campesinos de la Asociación de Agricultores Agroecológicos de la Llanura aluvial de Paraíba (Ecovárzea) mediante observación participante y apoyo a actividades de comercialización. Así, atendiendo las demandas de estos trabajadores y utilizando la Ergología, la Educación Popular y la Psicología Social del Trabajo (PST) como fundamentos teóricos, se diseñaron Ergoentrenamientos y Encuentros sobre el Trabajo, que abarcaron los siguientes temas: Seguridad Social y Derechos Laborales; Salud del Trabajador; y Salud de la Mujer y los Tipos de Violencia que se les dirige. Esto permitió establecer un espacio para el intercambio de conocimientos, experiencias y afectos con los trabajadores. El reconocimiento del saber de experiencia de los trabajadores y la presencia de figuras de referencia en los temas abordados fueron los principales pilares de las acciones, además de contar con la mediación de los miembros del proyecto, con el fin de fortalecer el colectivo de trabajo y garantizar sus derechos fundamentales.

Palabras clave: ergoentrenamiento, trabajo, ruralidades.

Abstract

This article aims to report the experience of the extension project “Psychology and solidarity economy: ergo-trainings about rural labor- an encounter between the university and the field”. Based on previous versions of the program, it was possible to build and consolidate the bond between the members of the project and the rural workers of the Agroecological Rural Workers from the Paraíba’s Floodplain Association (Ecovárzea), through participant observation and assistance on selling activities. Therefore, answering the needs of this workers and using Ergology, Popular Education and Social Psychology of Work (SPW) as a theoretical basis, Ergo-trainings and Meetings About Work were planned, including the topics: Social security and labor rights; Workers’ health; and Women’s health and types of violence directed at them. Consequently, it was possible to establish, along with the workers, a space for the exchange of knowledge, experiences and affections. The recognition of both academic and experience knowledge of the workers and the presence of reference professionals in the covered topics were the main foundation of the developed actions, besides counting with the mediation of the project members, in order to strengthen the work collective and ensure their fundamental rights.

Palavras-chave: ergo-training, labor, ruralities.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo realizar o relato de experiência de um projeto de extensão intitulado “Psicologia e economia solidária: ergoformações sobre o trabalho camponês- encontro de saberes entre universidade e campo”. Pretende-se focar aqui nas ações de ergoformações realizadas junto à Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (Ecovárzea), que são assessorados pela Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba (INCUBES/UFPB). Bem como, pretende-se refletir sobre as possibilidades de ação da Psicologia Social do Trabalho (PST) em conjunto com a Ergologia.

A Ecovárzea é composta por trabalhadores/as camponeses/as residentes da região imediata de João Pessoa, sendo a sede da associação localizada na cidade de Sapé, no assentamento Padre Gino. Fazem

parte da associação camponeses/as de outros assentamentos da região da várzea, como Dona Helena, Rainha dos Anjos, 21 de Abril, Boa Vista, Vida Nova, Santa Helena, Nova Vivência, Dona Antônia, Gurugi, comunidade de Barra de Antas e Acampamento Ponta de Gramame, localizados nos municípios de Sapé, Cruz do Espírito Santo, Conde e João Pessoa.

A parceria estabelecida entre os camponeses/as da várzea paraibana, a Comissão pastoral da Terra (CPT) e a Cáritas Diocesana, estreitou-se no fim da década de 1990, durante reuniões que aconteciam na igreja da cidade, a fim de planejar a ocupação de terras improdutivas. Com isso, buscaram garantir moradia e um meio de vida para que esses/as agricultores/as tivessem uma forma de produzir seu alimento. Esse foi o primeiro passo para a construção da longa história da Ecovárzea.

Para que se tenha um contexto da realidade desses trabalhadores, é preciso compreender que Sapé foi o berço das Ligas Camponesas no Brasil, marcada pelos líderes das ações; João Pedro e Elizabeth Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro (Alves, 2019). A partir desse movimento, as necessidades dos trabalhadores do campo não deixaram de ser sentidas por aqueles que continuaram a luta. Assim, após a falência das Usinas Santa Helena (Sapé) e Madalena (Cruz do Espírito Santo), aqueles que perderam seus empregos na usina juntaram forças aos camponeses adeptos à organização da luta pela terra. Essa articulação foi bem-sucedida e deu origem aos primeiros assentamentos da associação (Genoud, 2022).

Inicialmente, os/as agricultores/as enfrentaram dificuldades relacionadas ao planejamento das atividades de trabalho, visto que antes eles apenas executavam o que era ordenado por um patrão. Por mais que tivessem a capacidade, não tinham o conhecimento relacionado ao planejamento da comercialização e da produção, o que os deixava em desvantagem. Por isso, a partir da necessidade, foi criado um coletivo, uma organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia solidária (Silva, 2006), como consta no estatuto da Ecovárzea. Dessa forma, além de plantar, participam de formações técnicas e políticas e estabelecem seus pontos de comercialização, que contemplam, hoje, as cidades de Sapé e de João Pessoa. Assim foi fundada a primeira feira agroecológica do estado da Paraíba.

Nesse sentido, esse grupo atua de forma que o trabalho se faz instrumento de reafirmação da identidade camponesa, relacionada à cultura, aos problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais enfrentados por aqueles que veem no trabalho solidário e na agroecologia uma saída para garantir sua sobrevivência, produzir de maneira sustentável e resistir às imposições do neoliberalismo (Lima et al., 2022).

1.1. A Psicologia Social do Trabalho (PST) e Ergologia: um encontro de saberes

Partindo da visão de mundo da PST, é possível compreender o ser humano como sujeito em constante desenvolvimento e o trabalho como elemento potencializador das relações sociais e políticas, além de impactar diretamente os processos de saúde e adoecimento (Sato et al., 2008). Logo, a aproximação da Psicologia Social com o trabalho, sobretudo com o trabalho nas ruralidades, é um dos focos deste estudo. Para isso, é necessário compreender que cada ambiente apresenta diferentes dinâmicas e características, tanto no urbano, quanto no rural, o que leva a uma noção de que não existe uma homogeneidade setorial engessada entre ambientes considerados rurais. Ou seja, pode-se pensar em ruralidades enquanto construções simbólicas, ao invés de “zona rural”, como algo homogêneo (Anjos e Caldas, 2008).

Dessa maneira, a população assessorada pelo projeto de extensão faz parte de um território marcado pela luta e conquista da terra, o que confere, especialmente aos mais velhos, uma experiência de contato direto com formações políticas e manifestações culturais próprias. Assim, é possível notar as

distinções entre a forma como esse coletivo se relaciona com o trabalho quando comparado a outras populações rurais, atravessadas por uma realidade diferente.

Nesse sentido, Monteiro (2015) faz uma categorização de três tipos de ruralidades: (1) uma ruralidade empobrecida, afetada pela urbanização, na qual a agricultura não é uma fonte significativa de renda, (2) outra ruralidade, na qual a iniciativa do agronegócio impera e compõe um espaço economicamente rico, e (3) um espaço rural enriquecido cultural, ambiental e cognitivamente, onde se encontram povos tradicionais, indígenas e quilombolas. A autora, ao discutir as demandas educacionais de cada tipologia, enfatiza a importância da educação política dessas organizações sociais, priorizando programas de educação no campo, com ênfase na agroecologia. Levando essas categorias em consideração, percebe-se uma semelhança entre os camponeses assentados e o terceiro tipo de ruralidade citado pela pesquisadora, de forma que sua relação com o trabalho se dá por meio do movimento da luta pela terra, da agroecologia e da economia solidária.

A Ergologia e a Educação Popular complementam a fundamentação, tendo elementos em comum que contribuem para a valorização do saber popular, por meio do método freiriano, partindo daquilo que é familiar aos trabalhadores para alcançar novas elaborações (Haddad e Di Pierro, 2021). Para a Ergologia, trabalhar não é a simples execução de uma tarefa mecânica, mas uma atividade inerentemente humana, perpassada por fatores históricos, filosóficos e sociais, que tem como objetivo transformar a realidade, e consiste naquilo que emerge da relação entre as normas antecedentes- determinações prévias, tidas como regras no ambiente de trabalho, e as renormalizações- formulação de novas regras quando as antigas deixam de fazer sentido para os executantes da atividade (Schwartz, 2011).

Logo, o trabalho está relacionado às dramáticas do uso de si, por partir, necessariamente do uso de si por si e pelos outros. Isso significa que, ao realizar uma atividade, escolhas são feitas a todo momento, gerando consequências que serão acompanhadas de novas formas de pensar e lidar com o trabalho (Holz e Bianco, 2014). A atividade, por sua vez, agrega uma dimensão do real, do aqui e agora, ou seja, faz parte de um movimento de aderência local e temporal (Durrive e Schwartz, 2018), sendo ela um conceito muito importante para a compreensão do trabalho, a partir da aproximação com a complexidade humana em seu estado vivencial e cotidiano, buscando desnaturalizar aquilo que é comum.

Além disso, a Ergologia traz dois conceitos fundamentais para acessar a realidade do trabalho: os saberes constituídos e os saberes investidos. Os saberes constituídos são aqueles que têm sua origem no método científico, na academia, que se encontram em desaderência com a atividade. Isto é, esses saberes utilizam-se de certa distância do real da atividade para construir determinadas proposições de forma generalista. Já os saberes investidos, como a própria nomenclatura sugere, são provenientes da experiência que se adquire à medida em que o trabalho é realizado. Este saber é, logicamente, posterior à atividade e está em aderência com ela (Trinquet, 2010).

Assim, ambos saberes têm seu espaço e sua importância para a compreensão e discussão das questões sobre o trabalho. Porém, é importante destacar a relevância de considerar as falas dos trabalhadores e trabalhadoras e partir de sua visão e experiência para que haja uma elaboração implicada de construção de conhecimento e de ações que façam sentido com seus valores, suas crenças e seu território.

Essa ideia converge com a prática da Educação Popular de Paulo Freire, outra importante base para o estudo apresentado. O berço da criação do método freiriano foram os círculos de cultura, promovidos pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), na cidade de Recife. Estes consistiam em discussões sobre temas variados entre grupos populares, artistas e intelectuais. A partir desses encontros, Freire

começou a pensar sobre uma forma de alfabetizar, sem cartilha, construída junto aos educandos, tomando como ponto de partida sua própria realidade (Gadotti, 2001).

Por conseguinte, foram realizados encontros nos quais os alfabetizandos seriam instigados a ler o mundo, a compreender palavras geradoras (propostas pelo educador com base na observação do discurso dos próprios educandos) não só decodificando letras e fonemas, mas contextualizando e problematizando seus significados. Não por acaso, uma das etapas do método de formação de consciência crítica de Freire é a problematização.

Para isso, são esquematizadas três etapas: (1) a investigação, que se dá através da convivência com a população a ser alfabetizada, entendendo quais palavras são mais faladas por aquele grupo e elencando aquelas com significação social, riqueza silábica e valor fonético; (2) a tematização, na qual as palavras são relacionadas ao seu significado e a temas presentes no cotidiano dos educandos, suscitando discussões e promovendo uma visão crítica e social; e (3) a problematização, evidenciando os limites e potencialidades daquele grupo e construindo soluções coletivas para suas dificuldades. Dessa forma há uma movimentação do foco, do concreto para o abstrato e, novamente ao concreto, mas, dessa vez, com o componente da problematização, acrescentando criticidade ao tema discutido (Gadotti, 2004).

Dessa maneira, por meio dessa metodologia, Paulo Freire busca destacar a importância de uma prática contextualizada e feita em parceria com a população com a qual se trabalha, valorizando o que ele chama de “saber de experiência feito” (Freire, 1992). Assim, não basta tornar acessível aos educandos o conhecimento do educador, mas é fundamental que o saber popular seja o principal motor das formações.

Seguindo este princípio, a Ergologia usa do dispositivo dinâmico de três polos para facilitar a troca entre os saberes constituídos e os saberes investidos. Assim, a psicologia do trabalho, baseada no método ergológico, ocupa o papel de elemento mediador entre essas duas instâncias (Trinquet, 2010). Logo, encontrou-se na Ergoformação um caminho para acessar a atividade real do trabalho, ou seja, não se limitando à tarefa e ao trabalho prescrito. A partir deste encontro, foi possível fazer uma análise para além dos postos de trabalho, compreendendo os pensamentos, sentimentos, afetos e atravessamentos que compõem a realização da atividade. Assim, a elaboração de formações profissionais focadas nos elementos da ordem da imprevisibilidade, da mudança, da subjetividade, das vantagens e das inconveniências foi o que culminou na escolha das Ergoformações como método (Trinquet, 2010).

Portanto, considerando as particularidades da população assistida, também foram fundamentais as contribuições dos princípios da Economia Solidária, para que fossem abordados com maior profundidade os temas da solidariedade, cooperação, autogestão e democracia (Leal e Rodrigues, 2018) e da Saúde Ampliada, compreendendo os Determinantes Sociais de Saúde e quebrando a lógica dicotômica entre saúde e doença, e mente e corpo, abrindo espaço para a perspectiva de saúde como totalidade (Buss e Pellegrini Filho, 2007).

A Economia Solidária consiste em um modelo de produção alternativo aos moldes capitalistas, que busca estabelecer relações de trabalho mais igualitárias e democráticas, contando com a participação ativa dos membros do empreendimento em todas as etapas da produção. Nessa configuração, há uma ruptura do isolamento entre o planejamento do trabalho e sua execução, além de haver uma maior autonomia entre os núcleos de atividade quanto às decisões operacionais e remuneração equivalente ao trabalho realizado (Coutinho et al., 2005). Assim, essa forma de produzir é associada à resistência aos valores capitalistas de competitividade e individualidade exacerbada, muitas vezes optada por aqueles que estão à margem da sociedade como uma saída para o desemprego e para um mercado de

trabalho precarizado. Assim, a agricultura familiar e o trabalho associado no campo são categorias muito expressivas no contexto da economia solidária (Lima et al., 2024).

1.2. Bases teóricas e Camponeses/as: quando a psicologia encontra o campo

Com o objetivo de evidenciar, discutir e construir ações voltadas para os temas Trabalho, Saúde e Acesso a Direitos, utilizamos do arcabouço teórico já exposto como base para nossas ações. Nos posicionamos sempre no sentido de proporcionar um ambiente de escuta e troca de saberes, fortalecer o coletivo de trabalho, garantir o conhecimento e tentativa de acesso à saúde e outros direitos básicos a esses trabalhadores/as. Para aprofundar os princípios da Economia Solidária, também foram fomentadas discussões sobre trabalho e solidariedade, o que enriqueceu não só o campo de atuação, mas também a formação dos discentes enquanto psicólogas interessadas pelas questões do trabalho.

As intervenções realizadas pelo nosso grupo de extensionistas se constituíram por meio das idas a campo, que se localizam em dois espaços: no ponto de comercialização da Feira Agroecológica na UFPB, todas as sextas-feiras, de 5:00 a 11:00 da manhã; e no assentamento Padre Gino, onde a sede da Associação está localizada, na zona rural do município de Sapé. A princípio foram feitas observações participativas, assessoramento nas atividades de comercialização (como venda, montagem e desmontagem das barracas, debulhar feijão e organização dos produtos), construção de espaços de escuta e discussões sobre as relações entre trabalho, saúde, solidariedade e acesso a direitos. A partir daí foram sendo encaminhadas, em reunião, demandas de temas que os trabalhadores e trabalhadoras julgaram importantes de serem trabalhadas no coletivo. Com essas conversas e partilha das experiências, eles e elas começaram a perceber que havia ali questões em comum, e muito a se descobrir e reconhecer juntos.

Pensamos então em Barracas Temáticas para serem realizadas durante a feira, e encontros inspirados nos Encontros Sobre o Trabalho (EST) para aprofundar as discussões, juntando conhecimento prático, científico e finalmente construindo o polo ético. A Ergoformação contribui então com o posicionamento de enfatizar como pontos centrais de análise o saber investido e a atividade real. Essa escolha se concretizou pela própria natureza do método, por não se tratar de uma técnica engessada e posta à priori como uma receita fixa.

Com ela, foi possível atuar a partir de uma postura de humildade epistemológica, que considera as especificidades de cada situação de trabalho, das ferramentas usadas, das limitações no tempo e no espaço, dos recursos oferecidos e do próprio coletivo de trabalho. Dessa maneira, não se trata de uma discussão sobre um tema como um fim em si mesma, mas de possibilitar um espaço propício para a busca ativa por produção de saberes e idealização de transformações que impliquem no desenvolvimento do trabalho e, conseqüentemente, daqueles que o executam (Trinquet, 2010).

Enquanto grupo de extensão, também nos tocou estudar, aprofundar questões e pensar estratégias para realização das ergoformações. Assim, foram realizadas semanalmente reuniões de alinhamento e formação a fim de relatar os acontecimentos da feira registrados em diários de campo, acordar entre o grupo o planejamento de ações futuras, resolver pendências e elencar tarefas para serem divididas entre os membros do projeto. Além disso, foram selecionadas leituras para serem discutidas em grupo de acordo com o referencial teórico supracitado e com as demandas que surgiram ao longo da atuação em campo. E assim seguiu-se a partir da demanda que nos era trazida, aprofundando sobre o que conheciam, como lidavam com aquela demanda no cotidiano, e o encontro entre os saberes que circulavam na psicologia, no nosso projeto de extensão, mas também através dos parceiros e parceiras convidadas a contribuir com essas formações.

Nesse sentido, nos dispusemos a estreitar os laços com os trabalhadores/as associados e encontramos na Psicologia Social do Trabalho um arcabouço consonante com as questões latentes nesse contexto. Assim, resgatando a história da associação combinada à compreensão da realidade atual da juventude camponesa, foi possível traçar um panorama de suas limitações, potencialidades e perspectivas de futuro. No que se refere ao investimento em políticas públicas voltadas para o incentivo à juventude rural, por exemplo, encontram-se dificuldades expressivas na continuidade do trabalho da família, justamente por não terem condições materiais favoráveis para a realização da atividade. Scopinho (2015), apresenta claramente essas dificuldades:

Do ponto de vista do desenvolvimento da economia, entre os principais problemas enfrentados estão: a ausência de infraestrutura mínima para a produção (especialmente água, energia e base técnica adequada); o excesso de burocracia e a morosidade no processo de liberação de créditos para produzir e outros recursos para viabilizar a vida comunitária; a insuficiência dos recursos financeiros diante das crônicas carências dos trabalhadores assentados; a insuficiência e inadequação dos programas de assistência técnica e extensão rural; a ausência de canais adequados de comercialização, entre outros (p. 92).

Além disso, a resistência desse coletivo vai além do modo de produção no formato da Economia Solidária, pois a feira também apresenta o contraponto de ser agroecológica. Isso quer dizer que os trabalhadores/as não fazem uso de agrotóxicos e buscam manter uma relação respeitosa com a terra, com os animais que criam e comercializam, com os colegas e com os clientes. Essas relações e esse cuidado se refletem em muitos aspectos de suas vidas, como sua saúde, sua relação com o alimento e as técnicas escolhidas para realizar a atividade. Logo, pode-se considerar a agroecologia como uma das principais influências nos valores da Ecovárzea, atuando como base para uma melhor qualidade de vida, para a promoção de saúde no trabalho, bem como para a idealização de novas formas de se realizar o trabalho na agricultura e na pecuária (Pessoa e Alchieri, 2013).

Para as Ergoformações, emergiram os seguintes temas: (1) Previdência e a importância do planejamento financeiro, tanto em relação à aposentadoria quanto ao afastamento do trabalho por outras razões; (2) Saúde do/a Trabalhador/a, compreendendo saúde mental e física como conceitos intrínsecos e abordando os efeitos do trabalho nos processos de adoecimento e promoção de saúde; e (3) Saúde da Mulher, discutindo sobre os tipos de violência direcionadas a mulheres e sobre a prevenção contra o câncer de mama.

Para cada momento de Ergoformação, o grupo de extensionistas discutiu durante os momentos de reunião do projeto sobre os possíveis profissionais inteirados acerca de cada temática específica, entrando em contato com cada um à medida que a data dos encontros foi estabelecida. Assim, a comunicação com os parceiros se deu por meio das relações entre membros do grupo de extensão com estes representantes, seja por manterem convívio a partir de outros espaços de pesquisa e grupos acadêmicos, seja pela articulação com outras instituições acessadas por meio de visitas técnicas promovidas pelas disciplinas da universidade, seja por essas instituições serem campos de estágio, o que facilitou o envolvimento dos profissionais com o projeto de extensão.

Nesse sentido, foi pensada uma atuação em consonância com os princípios da Ergologia, da Educação Popular e da PST, por meio da troca entre os saberes constituídos e investidos, além da valorização de um trabalho interdisciplinar. Dessa forma, os trabalhadores teriam contato com profissionais que trabalham diariamente com o manejo, encaminhamento e articulação entre políticas públicas, pontuando informações cruciais construídas ao longo de sua própria trajetória de atuação prática, evidenciando também seus saberes investidos.

ARTÍCULO

Ergoformações sobre o trabalho camponês: encontro de...
VITÓRIA SAMPAIO MONTEIRO FURTADO, MANUELLA CASTELO BRANCO PESSOA

Por fim, a escrita do presente artigo contou com a contribuição dos registros dos diários de campo dos/as extensionistas, de discussões posteriores às Ergoformações e Encontros Sobre o Trabalho em reuniões do projeto, além do próprio relatório final de extensão exigido pela Universidade Federal da Paraíba para acompanhamento dos projetos de todos os Campi. Todos esses materiais foram a base para a elaboração da escrita de um Trabalho de Conclusão de Curso, posteriormente complementado e revisitado para publicação em revista.

2. Ergoformações e Barracas Temáticas

2.1. Previdência Social e afastamento do trabalho

O tema da primeira Ergoformação foi inspirado pelo acompanhamento de uma trabalhadora da feira pelas extensionistas em uma ida ao Centro de referência em Saúde do trabalhador (CEREST), para que ela pudesse realizar o nexos causal (Jacques, 2007), ou seja, emitir um documento que comprovasse a relação entre adoecimento e trabalho. Foi possível notar a necessidade de uma formação sobre como acessar determinados serviços relacionados à previdência social. A partir disso, organizamos uma roda de conversa na sede da associação (Figura 1), que contou com a presença do grupo de pesquisa “Trabalho e Desenvolvimento: Influxos e Dissensões” do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ).

Figura 1. Roda de conversa sobre Previdência Social e afastamento do trabalho na sede da Associação .



Fonte: Acervo da autora.

Essa ação teve como objetivo aproximar-se do que os/as trabalhadores/as já sabiam em relação a seus direitos, fazendo com que compartilhassem suas experiências com o grupo. Assim, a partir do que eles/as trouxeram, a ação foi conduzida enfatizando e complementando conceitos importantes para o acesso a direitos trabalhistas, como previdência, auxílio incapacidade temporária e auxílio-doença acidentário.

Durante a atividade os/as trabalhadores/as participaram ativamente, demonstrando interesse pelo tema, contando suas histórias e sobre sua relação com profissionais da justiça. Consolidados os conceitos, o grupo de pesquisa partiu para a conversa sobre documentos comprobatórios, perguntando aos agricultores se eles tinham conhecimento sobre quais documentos podem ser úteis caso seja necessário comprovar sua atividade de trabalho. Junto com os camponeses/as, o grupo também foi citando documentos que, em um primeiro momento, podem não vir à mente como um documento válido, mas que, na verdade, são aceitos e bem-vindos na garantia de certos direitos. Entre esses documentos, foram citadas as atas da assembleia, cartão do SUS e documentos nos quais conste a profissão do/a trabalhador/a, como matrícula da escola dos filhos, por exemplo.

A fala do grupo também levantou o debate relacionado ao acesso dos camponeses/as a serviços das áreas do direito, educação, saúde, e até mesmo da própria psicologia, que ainda são muito escassos nas ruralidades. Na maioria das vezes, são encaminhados para a capital do estado, o que nem sempre é possível, por conta do deslocamento. Isto corrobora com o que se encontra na literatura acadêmica sobre a interiorização da psicologia e de outros campos de atuação, que apontam uma aproximação tímida e limitada, além de a formação dos profissionais ser quase completamente voltada para a população urbana (Leite et al., 2013; Lopes et al., 2018; Scopinho, 2015).

Ao final do encontro, os camponeses/as agradeceram a iniciativa da ação e comentaram sobre a importância de que tenham mais formações no sentido de se manterem atentos aos seus direitos e como acessá-los. Esse reconhecimento e engajamento do grupo foi muito importante para que nós, enquanto extensionistas, continuássemos atentos/as às demandas do coletivo de trabalho e ganhássemos confiança para realizar as próximas ações.

2.2. A saúde do trabalhador/a em destaque

Esse segundo momento de Ergoformação partiu da percepção de uma demanda dos/as feirantes por assistência na garantia de seus direitos enquanto trabalhadores que têm sua saúde afetada pela atividade de trabalho. Por isso, foi organizada a Barraca da Saúde do Trabalhador, composta pelo grupo de extensionistas juntamente com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), no ponto de comercialização da UFPB.

A Ergoformação foi dividida em dois principais momentos: na barraca que serviu de base para o evento, foram discutidos os temas de Saúde do Trabalhador, acesso aos serviços ofertados pelo CEREST e Trabalho Infantil (Figura 2), ao passo que, simultaneamente, foram expostos *banners* e distribuídos *folders* informativos abordando estas temáticas.

Figura 2. Pergunta disparadora da ação em Saúde do Trabalhador.



Fonte: Acervo da autora

Em continuidade, os trabalhadores, trabalhadoras e clientes foram convidados/as a refletir e responder à pergunta disparadora “Na minha visão, o que promove saúde no trabalho?”. As respostas foram escritas em pedaços de papel e guardadas em uma caixa que, posteriormente, foi aberta e serviram de base para um cartaz, escolhido como a materialidade da Ergoformação em Saúde do Trabalhador. Essa terceira etapa da Ergoformação foi realizada na assembleia da associação, em Sapé, e serviu como retomada para a discussão dos temas pelo coletivo.

As respostas colocadas na caixa foram discutidas em reunião e selecionadas de forma que os temas que apareceram com mais frequência, compuseram um cartaz levado para a sede da associação durante a assembleia. Entre os temas mais citados, se destacam: Melhor estrutura e condições de trabalho; Relação respeitosa entre colegas e clientes; Ter mais mão-de-obra/ Menor carga de trabalho; e Relação entre saúde física e mental.

Além desses, também surgiram em menor quantidade os temas: O próprio trabalho como promotor de saúde; Formação/Conhecimento; Descanso/Lazer; e Não fazer uso de agrotóxicos/ veneno. Os papéis foram lidos em voz alta, para que todos/as presentes na assembleia escutassem e discutissem sobre as temáticas. Dessa forma, os/as trabalhadores/as compartilharam seu saber investido (Trinquet, 2010),

evidenciando situações que somente quem está diretamente na feitura da atividade tem acesso, trazendo também seus pensamentos e sentimentos sobre o que acontece em seu ambiente de trabalho e como isso se relaciona com seu corpo, sua mente, as pessoas de sua convivência e o coletivo de trabalho.

Dessarte, a discussão seguiu no sentido da produção de um novo saber, contando também com pontuações dos/as extensionistas acerca das experiências dos camponeses. Algumas falas deles/as expuseram um domínio de questões relacionadas aos sentidos e significados do trabalho, a como o trabalho afeta a saúde ao passo que também pode potencializá-la, à valorização de ações coletivas, ao reconhecimento do trabalho do outro, ao lugar de importância que tem o saber do trabalhador e o saber da universidade. Essa troca de percepções na assembleia foi muito rica e está em consonância com as bases teóricas citadas anteriormente no que se refere a um tipo específico de ruralidade, ligada aos movimentos sociais e empenhada na realização de formações políticas e culturais (Anjos e Caldas, 2008; Monteiro, 2015).

Foi notório o efeito que as atividades propostas pela extensão exerceram sobre a visão dos trabalhadores acerca da saúde enquanto conceito unidimensional, passando a compreendê-la fora da lógica dicotômica que considera saúde como ausência de enfermidade e saúde física e saúde mental como elementos excludentes. Desta feita, essa população foi introduzida à ideia de Determinantes Sociais em Saúde (Buss e Pellegrini Filho, 2007) e conseguiram elaborar discussões envolvendo o seu trabalho e de que maneira ele se insere no contexto da saúde, sendo reconhecido como agente central em ambos os processos de promoção de saúde e adoecimento.

2.3. Ser mulher trabalhadora e seus desdobramentos

Para a Barraca da Saúde da Mulher utilizamos como mote a temática do Outubro Rosa, para trazer à luz questões referentes ao tratamento e prevenção do câncer de mama, além de promover uma roda de conversa sobre violência contra a mulher (Figura 3).

ARTÍCULO

Ergoformações sobre o trabalho camponês: encontro de...
VITÓRIA SAMPAIO MONTEIRO FURTADO, MANUELLA CASTELO BRANCO PESSOA

Figura 3. Roda de conversa sobre violência contra a mulher.



Fonte: Acervo da autora.

A questão da violência contra a mulher camponesa trabalhadora, emergiu em diversas conversas durante o acompanhamento das atividades de trabalho. Era um tema que já surgia como demanda desde um levantamento anônimo realizado ao final da vigência anterior do projeto de extensão. Logo, vimos a possibilidade de fazer com que essas mulheres pudessem se sentir acolhidas e ao mesmo tempo, munidas de informações que nem sempre chegam às ruralidades.

Assim, para conduzir a discussão sobre esses temas delicados, a equipe contou com a presença do Instituto Cândida Vargas (ICV), que é referência no acolhimento de pessoas em situação de violência, tanto da população de João Pessoa, quanto de outras cidades da Paraíba. O diálogo entre as trabalhadoras promoveu um espaço seguro para que, além dos esclarecimentos sobre essas questões, essas mulheres pudessem compartilhar relatos pessoais e apoiarem-se no coletivo.

Durante o turno em que o evento aconteceu, *banners* foram montados e panfletos acerca das temáticas de Saúde da Mulher e Violência contra a mulher foram distribuídos. Para esse momento foram

selecionadas duas perguntas disparadoras, uma a ser respondida pelas mulheres e outra pelos homens (Figura 4).

Figura 4. Perguntas disparadoras da ação de violência contra a mulher.



Fonte: Acervo da autora.

A primeira pergunta disparadora, respondida pelas mulheres foi “O que faz você se sentir insegura como mulher? E o que te faz sentir segura?”, enquanto a segunda, respondida pelos homens, foi “O que posso fazer para tornar o mundo mais seguro para as mulheres?”.

Aqui, entenda-se que as respostas foram um pouco embaralhadas, pela própria escolha do nosso grupo em elaborar duas perguntas em uma. Por isso, farei uma separação para melhorar a compreensão das respostas, baseada na forma como os papéis foram escritos e no conteúdo da roda de conversa. Como aspectos que as fazem sentir inseguras como mulheres, elas responderam com mais frequência: Desrespeito; Tipos de Violência; Falta de informação; e Não ser escutada. Já como elementos que as fazem sentir seguras como mulheres, elas trouxeram com mais frequência: Respeito; Apoio da família e dos amigos; Informação; Ser escutada; e Paz/Tranquilidade. Nos escritos respondidos pelos homens, no sentido de estratégias para tornar o mundo mais seguro para as mulheres, surgiram com mais frequência os temas: Respeito; Mais amor/respeito no relacionamento; Mudança na legislação para leis mais rigorosas/Denúncia de casos de violência; e Informação/Consciência.

A palavra respeito foi um dos temas centrais, tanto nas respostas escritas nos papéis, quanto na roda de conversa. Porém, em um primeiro momento, essa noção foi posta de forma vaga, não sendo acompanhada, necessariamente, de uma estratégia concreta que promovesse uma mudança na segurança e integridade das mulheres. Além disso, era esperado que as respostas das mulheres apresentassem uma maior variedade de temas, visto que elas vivenciam diariamente essas violências e seus desdobramentos.

Ademais, as violências sofridas por essas mulheres também sofrem influência do contexto em que estão inseridas. Por isso, é necessário compreender a dificuldade do acesso delas a canais de denúncia, além de muitas vezes estarem em uma situação de dependência financeira e/ou emocional de seus/ suas agressores/as, por vezes, impossibilitando uma atitude mais assertiva.

Outrossim, os homens terem alertado para o respeito, especificamente nos relacionamentos amorosos, também foi um aspecto interessante de se observar, pois corrobora com dados da Revista de Saúde Pública acerca do perfil do agressor, que evidencia a autoria da maioria das agressões como partindo de parceiros íntimos, sendo eles os agressores em 31,98% das violências psicológicas, 52,37% das violências físicas e 53,28% das violências sexuais (Vasconcelos et al., 2025). Alguns outros pontos foram elaborados ao longo da roda de conversa e trouxeram ações mais práticas, como a escolha de políticos que lutem pelos direitos das mulheres e elaborem leis mais severas, a denúncia de abusos quando se tem conhecimento deles e a discussão e formação relacionadas ao tema da violência contra a mulher.

Dessa forma, a roda de conversa passou a voltar-se para a partilha de situações vivenciadas pelas trabalhadoras, sendo também escutadas pelos homens da associação, contando com a compreensão delas acerca das violências para além da violência física, construindo um espaço de saberes para que elas se sentissem validadas em suas experiências e que fossem informadas dos caminhos que poderiam seguir para tomarem as providências necessárias, tanto em relação à denúncia, quanto aos serviços de apoio que poderiam acessar. Assim, mais uma vez, foi por meio de seus conhecimentos prévios e saberes investidos (Trinquet, 2010) que foi possível haver um movimento no sentido do fortalecimento do coletivo de mulheres e da construção de conhecimento.

3. Conclusões

A partir do projeto, acompanhamento e Ergoformações, foi possível concretizar um espaço propício para o encontro de saberes, além da discussão de temáticas relacionadas a Trabalho, Saúde e Garantia de Direitos, tanto de forma pontual, durante a assistência nas atividades de comercialização, quanto durante as Ergoformações e seus desdobramentos. Os momentos de diálogo favoreceram a legitimação do valor do encontro de saberes entre universidade e campo, conferindo a cada um a devida importância, visto que o conhecimento compartilhado por ambas as partes trouxe contribuições significativas para os envolvidos no projeto. Além de voltar a atenção para questões, muitas vezes esquecidas do cotidiano, relacionadas à Saúde, Trabalho e Acesso a Direitos, foram traçadas estratégias para lidar, na prática, com as problemáticas encontradas.

Por isso, a atuação do grupo de extensão se volta para a defesa da Educação Popular e do protagonismo dos trabalhadores, ao compreender que eles terão as ferramentas e estratégias necessárias para lidar com o seu trabalho, sua relação com a saúde, questões de gênero, raça e classe, promovendo assim a mediação entre saberes acadêmicos, técnicos e vivenciais. Dessa maneira, o coletivo age como força motriz dos debates e elaborações acerca do trabalho, contando com a mediação do psicólogo do trabalho como uma figura parceira, quebrando a lógica de um conhecimento verticalmente imposto, horizontalizando as relações e favorecendo um ambiente de escuta e de construção conjunta de saberes e de saídas das dificuldades.

Nesse sentido, as bases teóricas da Psicologia Social do Trabalho e da Ergologia constituem um combo de fundamentação que enriquece a atuação profissional do psicólogo enquanto sujeito comprometido com os determinantes sociais e direitos a serem assegurados para os trabalhadores. Como foi elucidado ao longo do relato aqui apresentado, essas teorias embasam a promoção de uma leitura crítica acerca

das condições de vida e de trabalho desses trabalhadores, o que impacta direta e qualitativamente na forma que as demandas levantadas serão discutidas em grupo. Para isso, ambas as teorias estão munidas da interdisciplinaridade, entre os tipos de saberes, mas também entre diferentes áreas, formulando um contexto no qual o psicólogo atua como uma ponte de articulação, garantindo a fluidez e a condução de ações pontuais e intervenções duradouras.

É preciso reconhecer a força da elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento aos impedimentos de um sistema exploratório de trabalho que acaba, por muitas vezes, adoecendo aqueles/as que nele estão inseridos. O fortalecimento do coletivo de trabalho e seu reconhecimento como protagonista das tomadas de decisão na associação foram temas recorrentes durante os encontros, evidenciando uma possibilidade de atuações futuras. Logo, as Ergoformações serviram como ferramenta para o acesso a temáticas latentes que evidenciaram as necessidades do coletivo de trabalhadores, bem como a viabilização de um espaço para debate e construção conjunta.

Além disso, as ações do projeto de extensão tiveram como enfoque as populações rurais, especificamente uma ruralidade assentada, marcada pela luta pela terra e enriquecida cultural, política e socialmente. Esperamos que nosso trabalho seja apenas o começo de uma guinada da Psicologia Social do Trabalho em direção ao interesse pelas ruralidades e por suas especificidades. Acreditamos que as Ergoformações contribuíram com o estreitamento das relações entre os profissionais das políticas públicas da cidade de João Pessoa e os trabalhadores rurais da região, simultaneamente favorecendo a garantia de seus direitos enquanto cidadãos, por meio da difusão de informações, e chamando atenção dos profissionais de saúde para as singularidades das ruralidades.

O projeto buscou priorizar as necessidades e demandas de um grupo de trabalhadores/as rurais pertencentes a uma associação agroecológica, aproximando a Psicologia, sobretudo a Psicologia do Trabalho, de uma prática compromissada social, política e eticamente, a fim de garantir o acesso dessa população aos seus direitos, partindo do pressuposto de que essa atuação também é promotora de saúde. O impacto que a participação no projeto teve sobre nossa formação foi de suma importância, não só a nível de embasamento teórico ou aplicação de técnicas, como também reforçando o desenvolvimento de profissionais com pensamento crítico e compromisso ético-político.

Referências

- » Alves, J. F. (2019). *Violência entre des(iguais): memórias silenciadas nas lutas da liga camponesa de Sapé-PB (1962-1964)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba].
- » Anjos, F. S. e Caldas, N. V. (2008). O rural brasileiro: velhas e novas questões. *Teoria & Pesquisa: revista de ciência política*, 17(1), 49-66.
- » Buss, P. M. e Pellegrini Filho, A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 17(1), 77-93.
- » Coutinho, M. C., Rodrigues, H. B. C., Beiras, A., Picinin, D. e Lückmann, G. L. (2005). Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. *Psicologia & Sociedade*, 17(1), 7-12.
- » Durrive, L. e Schwartz, Y. (2018). Glossário da Ergologia. In R. D. Ruzza, M. Lacomblez e M. Santos (Eds), *Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos* (pp. 11-29). Fabrefactum.
- » Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

- » Gadotti, M. (2001). A voz do biógrafo brasileiro: A prática à altura do sonho. In M. Gadotti (Org.), *Paulo Freire: Uma Biobibliografia* (pp. 69-115). Instituto Paulo Freire. Cortez.
- » Gadotti, M. (2004). O método que levou Paulo Freire ao exílio. In M. Gadotti (Ed.), *Convite à leitura de Paulo Freire*, (2ª ed. vol. 4, pp.32-47). Instituto Paulo Freire. Scipione.
- » Genoud, L. F. C. (2022). *Sobre respeitar todas as vidas: análise da produção e da comercialização agroecológica da Ecovárzea em sua feira em João Pessoa*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba].
- » Haddad, S. e Pierro, M. C. D. (2021). Considerações sobre Educação Popular e Escolarização de Adultos no Pensamento e na Práxis de Paulo Freire. *Educação & Sociedade*, 42, 1-18. <https://doi.org/10.1590/ES.255872>
- » Holz, E. B. e Bianco, M. F. (2014). O conceito de trabalho na Ergologia: da representação à atividade. *Trabalho & Educação*, 23(2), 157-173.
- » Jacques, M. G. (2007). O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 112-119.
- » Leal, K. S. e Rodrigues, M. S. (2018). Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. *Revista Humanidades e Inovação*, 11(5), 209-219.
- » Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M. e Dantas C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In J. F. Leite e M. Dimenstein (Org.) *Psicologia e contextos rurais*, (pp. 27-56). EDUFRRN.
- » Lima, A. M. S., Tolentino, A. B. e Rodrigues W. E. S. (2022). A Razão neoliberal e o comum como princípio político da agroecologia: reflexões a partir da atuação do memorial das ligas e lutas camponesas. *Revista Mundaú*, 12, 219-237.
- » Lima, T. C., Araujo B. S. Oliveira, R. R. S., Meireles, A. M. M., Silva, A. F. C., Silva, B. C. M., Nascimento, M. L. C., Santos, M. M. G., Pessoa, M. C. B., Furtado, V. S. M. e Silva, W. J. P. (2024). A psicologia do trabalho na Economia Solidária: experiências de ações de extensão In M. F. P. Alberto, M. C. B. Pessoa, M. V. Castelliano, M. E. M. O. Mendes e M. T. R. Silva (Org.) *Políticas públicas e experiências da psicologia junto às infâncias, adolescências e juventudes*, (pp. 113-125). Editora CRV.
- » Lopes, E. M., Ferreira, C. R. C. e Friedrich, D. R. (2018). Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 8(1), 262-287.
- » Monteiro, R. C. (2015). Educación y ruralidades contemporáneas: aportes psicológicos para el debate In F. Landini. (Coord.) *Hacia una psicología rural latinoamericana* (1ª ed. pp. 103-106). CLACSO.
- » Pessoa, Y. S. R. Q. e Alchieri, J. C. (2013). Agricultura Familiar Orgânica: em busca de qualidade de vida no âmbito do desenvolvimento rural mais sustentável In J. F. Leite e M. Dimenstein (Org.) *Psicologia e contextos rurais*, (pp. 333-355). EDUFRRN.
- » Sato, L., Bernardo, M. H. e Oliveira, F. D. (2008). Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicologia para América Latina*, 15, 1-16.
- » Schwartz, Y. (2011). Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. *Trabalho, Educação e Saúde*, 9(1), 19-45.
- » Scopinho, R. A. (2015). Políticas públicas e o lugar do jovem no mundo rural In M. C. Coutinho, O. Furtado e T. R. Raitz. (Orgs.) *Psicologia social e trabalho: perspectivas críticas*. (vol. 1, pp. 92-117). Florianópolis. Abrapso Editora.

ARTÍCULO

Ergoformações sobre o trabalho camponês: encontro de...

VITÓRIA SAMPAIO MONTEIRO FURTADO, MANUELLA CASTELO BRANCO PESSOA

- » Silva, N. B. D. (2006). *Educação popular e subjetividade na feira agroecológica*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba].
- » Trinquet, P. (2010). Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On-line*, 38(10). 93-113.
- » Vasconcelos, N. M., Gomes, C. S., Souza, J. B., Andrade, F. M. D., Bernal, R. T. I., Machado, E. L., Ribeiro, A. P. e Malta, D. C. (2025). Quem são as mulheres adultas expostas à violência no Brasil?. *Revista de Saúde Pública*. 59(8). 1-15. <http://doi.org/10.11606/1518-8787.2025059005701>